

EVASÃO NO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UFPB: UM ESTUDO LONGITUDINAL RETROSPECTIVO

<https://doi.org/10.5902/2318133890601>

Fernanda Marques de Lima¹
Andréa Gadelha Ribeiro Targino²
Carlos Eduardo de Oliveira Góes³
Lucas David Amorim Stock⁴

Resumo

A evasão no ensino superior é um evento que resulta em perdas, tanto para o setor privado quanto para o público. O presente estudo objetivou mensurar a evasão no curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – e analisar os seus fatores influenciadores. Trata-se de um estudo analítico, longitudinal, retrospectivo e documental, com ingressantes dos anos 2012 a 2016. O percentual médio de evasão foi de 46,14% +/-7,82. As variáveis que apresentaram significância estatística ($p < 0,05$) foram: sexo; forma de ingresso e Estado de origem. As cotas não apresentaram significância estatística e o primeiro ano do curso foi o de maior evasão. Os achados deste estudo são preocupantes e indicam urgência de intervenções efetivas para a redução do abandono acadêmico.

Palavras-chave: evasão escolar; universidades; odontologia.

EVASION IN THE DENTISTRY COURSE AT UFPB: A RETROSPECTIVE LONGITUDINAL STUDY

Abstract

Dropout in higher education incurs losses for both private and public sectors. This study aimed to measure dropout in the Dentistry course at the Federal University of Paraíba – UFPB –, analyze its causes. This analytical, longitudinal, retrospective, and documentary study involved students from

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: femarqueslima1207@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4556-6346>.

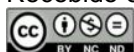
² Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: andrea.gadelha@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7492-4714>.

³ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: carlos.goes@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4535-5185>.

⁴ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: luucas.stock@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7569-5690>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 2 de janeiro de 2025. Aceito em 15 de abril de 2025.



Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 14	n. 23	e90601	2025
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

2012 to 2016. The average dropout percentage rate was 46.14% \pm 7.82. Statistically significant variables ($p < 0.05$) included gender, admission type, and State of origin. Affirmative action policies were not significant, and the first year had the highest dropout rate. The findings raise concerns and indicate an urgent need for effective interventions to reduce academic dropout.

Key-words: student dropouts; universities; dentistry.

Introdução

O termo evasão apresenta algumas diferenças entre os pesquisadores. Apesar disso, a maioria das definições apresentam um ponto em comum, ao descreverem a evasão como uma perda de vínculo, a saída da instituição, o abandono do curso, o desligamento - do curso, da instituição ou do sistema, seja essa decisão voluntária ou não (Coimbra; Silva; Costa, 2021).

A evasão escolar tem sido uma preocupação central para o Ministério da Educação em todos os níveis de ensino. No ensino superior, especificamente, sendo alvo de diversas políticas nacionais, como o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2007; Brasil, 2010; Brasil, 2012). Essas políticas visam a reduzir os índices de evasão nas instituições de ensino superior.

Em 2023, a Lei de Cotas foi atualizada pela lei n. 14.723, trazendo as seguintes mudanças: a ampliação de reserva de vagas para quilombolas, observação, primeiramente, das notas de ampla concorrência e, caso não alcancem a nota, irão compor as vagas reservadas pelo programa de cotas, a prioridade para os cotistas no recebimento de auxílio estudantil e a redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo, para os 50% de vagas reservadas (Brasil, 2023).

De acordo com o Censo 2023 da Educação Superior, dos alunos que ingressaram em instituições de ensino superior brasileiras em 2013, após dez anos, observou-se que apenas 41% dos estudantes haviam concluído a graduação, enquanto a taxa de desistência acumulada chegou a 58%, com 1% ainda contabilizado na taxa de permanência (Brasil, 2024).

Na Universidade Federal da Paraíba foi realizado um estudo longitudinal e retrospectivo nos cursos de graduação presenciais, que analisou a evasão escolar ocorrida entre 2007 e 2012, durante o período do Reuni e após seu término. Os dados demonstraram que a taxa anual de evasão foi em torno de 15%, durante a vigência do Reuni, mas vem apresentando uma crescente elevação desde então. Quando analisado o Centro de Ciências da Saúde, que inclui o curso de Odontologia, a média de evasão foi de $13,9 \pm 2,4$, ocupando a quinta posição entre os dez centros analisados, em ordem crescente de evasão (Prestes; Fialho, 2018).

No caso específico da Odontologia, as taxas de evasão vêm aumentando ao longo dos anos. Um estudo longitudinal retrospectivo da Faculdade de Odontologia de Araçatuba revelou que, de um total de 640 acadêmicos que ingressaram entre 1992 e 1999, o índice médio de evasão foi de 2,19% (Saliba et al., 2006). Um estudo sobre evasão e retenção entre os estudantes de Odontologia de uma universidade federal no Sul do Brasil, no período de 2010 a 2014, revelou que dos 121 estudantes, 49 (40,5%) estavam em situação de retenção, principalmente por reprovação, e 24 (19,9%) evadiram-se do curso (Lamers; Santos; Toassi, 2017). Pesquisadores da Universidade Federal do Ceará analisaram a

evasão no curso de Odontologia entre os ingressantes dos semestres 2015.1 a 2020.1, os valores variaram de 1,59% a 15,26%, sendo a maior evasão no ano da pandemia (Carmo Filho et al., 2023).

Na Universidade Federal da Paraíba, o percentual de evasão entre os estudantes ingressantes em 2012 foi de 35%, com 10% de retenção (Lima et al., 2021). Para os ingressantes de 2013, esse percentual de desistência aumentou para 45% (Beserra; Targino, 2020).

Nesse contexto, é válido ressaltar que nos dados do sistema de regulação do ensino superior constam 19 cursos de Odontologia ativos no Estado da Paraíba, sendo seis deles no município de João Pessoa (Brasil, 2024). Estes dados demonstram que há muitas oportunidades de cursar Odontologia em João Pessoa e, provavelmente, há muitos jovens com o desejo de ser dentista, por outro lado, nos inquieta e nos provoca o seguinte questionamento: o que tem provocado essa evasão na UFPB? Esse estudo objetivou mensurar a evasão entre os discentes ingressantes no Curso de Odontologia da UFPB, dos anos 2012 a 2016, analisando as causas dessa evasão, e, em especial, a influência dos ingressantes por meio das cotas do programa de ações afirmativas.

Metodologia

Trata-se de um estudo analítico, longitudinal, retrospectivo e documental sobre a evasão dos discentes do curso de Odontologia ingressantes no período compreendido entre 2012 e 2016. Foram utilizados as listas de ingressantes, listas de ingressantes cotistas, listas de concluintes e históricos acadêmicos de discentes do curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba, que foram obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da coordenação do curso. Todas as listas foram incluídas na amostra, totalizando 479 estudantes.

Na lista de ingressantes foi possível identificar o aluno formado, evadido ou retido, mas para identificação do ano real que o aluno concluiu ou abandonou o curso, fez-se necessário a análise dos históricos. Foi considerado formado o aluno que concluiu no tempo de cinco anos ou menos; retido o discente que não concluiu o curso no tempo mínimo de cinco anos; evadido aquele que possuía status cancelado na lista de ingressantes. O ano que evadiu do curso foi registrado, a partir do histórico escolar, correspondendo aquele o qual o discente não conseguiu cumprir todas as disciplinas exigidas no plano político pedagógico.

De posse dos históricos de cada aluno foram registrados: sexo, forma de ingresso – Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –; Sistema de Seleção Unificada – Sisu –; Vestibular, Processo Seletivo de Transferência Voluntária – PSTV – , reopção de curso,

transferência ex-ofício e local de nascimento. A participação nas cotas foi obtida em lista de ingresso específica. Para os ingressantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação não foi possível a emissão de seus históricos.

Os dados foram coletados por quatro estudantes de Odontologia. O banco de dados foi estruturado e analisado utilizando o software PSPP 2.0.1. A apresentação dos resultados foi executada por estatística descritiva e inferencial, frequência absoluta e percentual, e a análise bivariada foi realizada por meio dos testes Qui-quadrado e Exato de Fisher, considerando um nível de significância de 5%.

Resultados e discussão

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil trouxe diversas transformações organizacionais e alterou o perfil dos estudantes nesse nível educacional. No entanto, também evidenciou problemas significativos, como a evasão e a retenção. A não conclusão dos cursos, por parte dos alunos, resulta em perdas sociais, econômicas e acadêmicas, além de contribuir para a ociosidade dos espaços físicos das instituições de ensino e dos profissionais nelas atuantes (Garcia; Lara; Antunes, 2021). Para o setor público, isso significa recursos investidos sem retorno, enquanto para o setor privado, representa uma diminuição nas receitas. Para ambos, a evasão resulta na ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e instalações (Silva Filho et al., 2007).

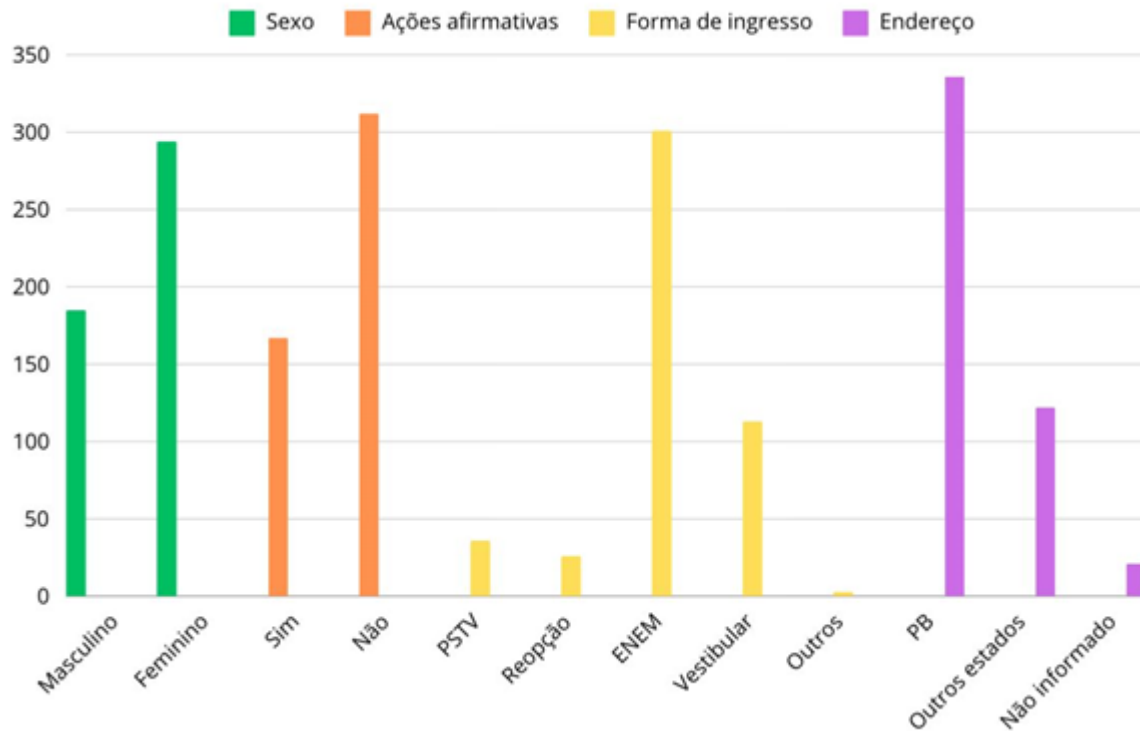
A Paraíba possui quatro cursos de Odontologia ofertados por instituições públicas de ensino superior, sendo elas: Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Estadual da Paraíba, com campus em Campina Grande e Araruna; e Universidade Federal da Paraíba (Brasil, 2017). Na UFPB, foco deste estudo, o curso com mais de setenta anos de existência é ofertado no campus I, localizado no município de João Pessoa, sendo uma graduação em tempo integral, composta por dez períodos.

O ingresso na UFPB acontece por processo seletivo, sendo ofertadas pelo Sisu 80 vagas por ano, sendo 40 em cada semestre (Brasil, 2017). Nos anos analisados, os processos de seleção variaram entre, Processo seletivo Seriado, Enem/Sisu, Processo Seletivo de Transferência Voluntária, Reopção de curso, Transferência ex-ofício e Programa de Estudantes Convênio de Graduação. O presente trabalho analisou a evasão dos alunos ingressantes de 2012 a 2016, totalizando 479 estudantes, com uma média de 95,8 ingressantes por ano.

No gráfico abaixo há uma disposição geral da amostra, onde observa-se um perfil dos estudantes segundo as variáveis analisadas. O sexo feminino, a entrada por ampla concorrência, o ingresso pelo Enem, e residentes na Paraíba são a maioria dos estudantes de Odontologia da UFPB, analisados no presente estudo.

A participação nas cotas não apresenta uma forma equitativa no gráfico, pois a adesão a Lei de cotas foi a partir do ingresso em 2012 e de forma gradativa, apenas a partir de 2016 que correspondeu a 50 % de ingressantes cotistas e 50% de ampla concorrência. O perfil feminino corrobora com os dados do Censo da Educação Superior 2022, que elencou os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e, entre esses, 15 apresentaram maior presença feminina, estando a Odontologia em nona posição (Brasil, 2024).

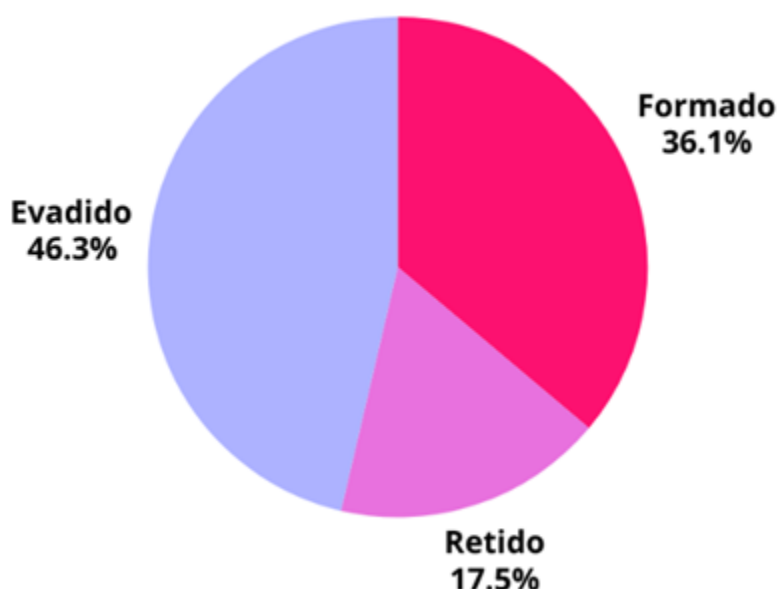
Figura 1 –
Distribuição geral dos discentes envolvidos no estudo.



Fonte: autores.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de evasão, retenção e conclusão do período analisado. Os dados de evasão e conclusão estão um pouco abaixo dos dados do Inep, quando se acompanha a trajetória, por dez anos, dos ingressantes de 2013 em cursos de graduação na categoria pública, cuja taxa de desistência acumulada foi de 52%, taxa de conclusão acumulada de 45% e o de retenção foi superior, pois os dados do Inep mostram uma taxa de permanência acumulada de 3%. (Brasil, 2024). Este resultado gera preocupação, principalmente quando pensamos em todo o investimento institucional e os investimentos em infraestrutura, que diferenciam a Odontologia dos demais cursos.

Figura 2 –
Distribuição de evadidos, retidos e formados.



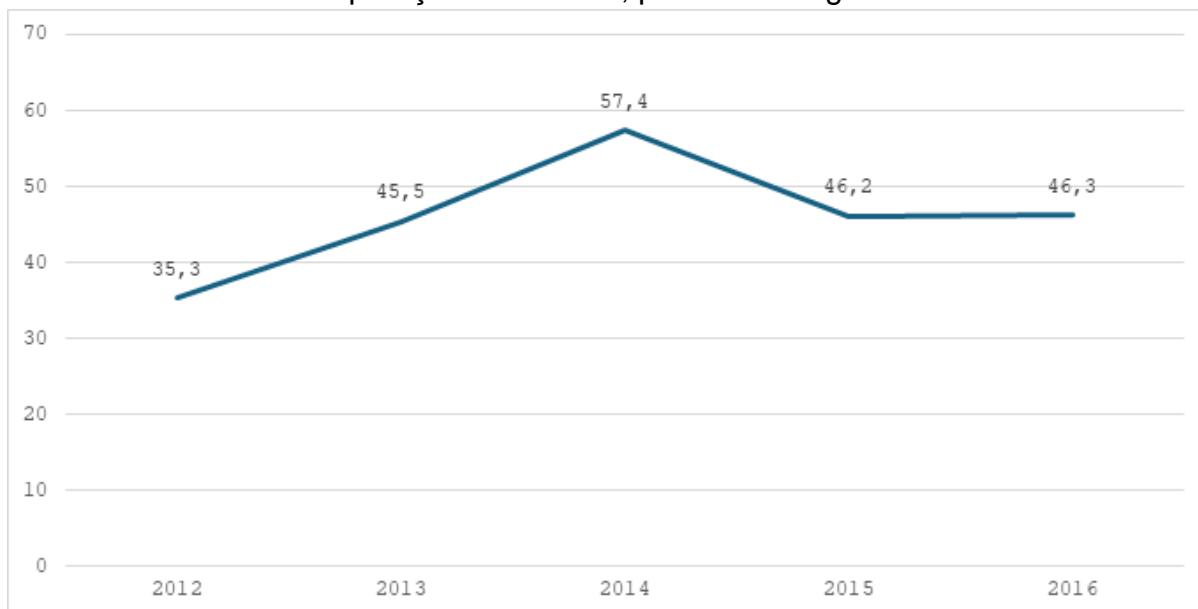
Fonte: autores.

Comparando essa taxa com as encontradas em outras instituições e em anos diferentes, percebe-se que a evasão na UFPB é superior a Unesp, com ingressos entre 1992 e 1999, que foi uma média de 2,19% (Saliba et al., 2006); da UEPB, que foi 16,7%, com estudantes no primeiro semestre letivo de 2009 (Cavalcanti et al., 2010); da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com uma evasão de 19,9% entre 2010 e 2014 (Lamers; Santos; Toassi, 2017); e da Universidade Federal do Ceará com ingressantes de 2020.1 que foi de 15,26% (Carmo Filho et al., 2023).

O gráfico apresentado na figura 3 nos dá uma visão do comportamento da evasão nos anos estudados, tendo uma média de 46,14% +/-7,82. Esse aumento da evasão, ano a ano, é acompanhado com a mudança no processo seletivo de ingresso, com a substituição gradativa do vestibular pelo SISU.

Foi possível observar de 2012 a 2016, respectivamente, um percentual de formados de: 55,3%, 36,6%, 38,3%, 51% e 0%; e de retidos: 9,4%, 17,8%, 4,3%, 2,9% e 53,7%. É válido ressaltar que o percentual de 0% formados para 2016 deve-se a pandemia do Coronavírus, o que ocasionou uma suspensão de dois períodos de atividades laboratoriais e três de atividades clínicas, dessa forma os alunos não concluíram o curso no tempo mínimo de dez semestres, sendo então categorizados como retidos.

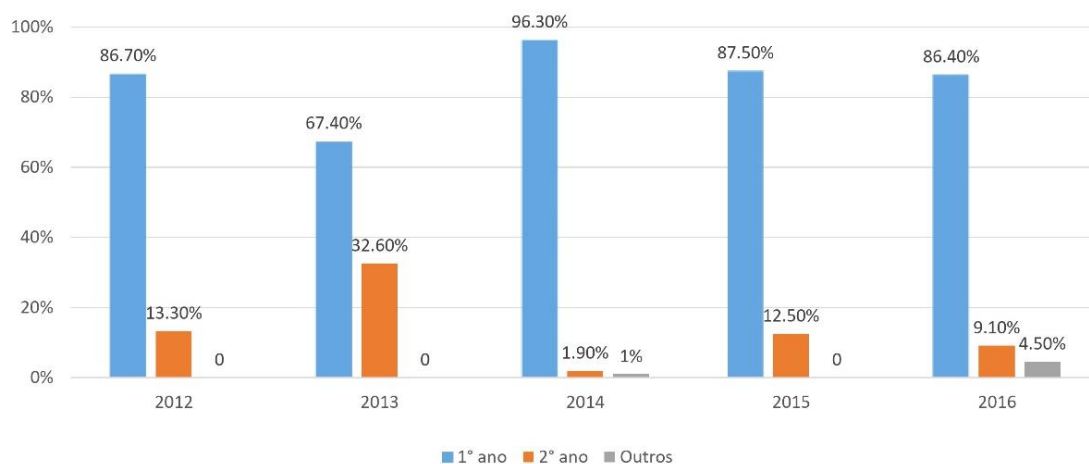
Figura 3 –
Análise descritiva e comparação da evasão, por ano de ingresso.



Fonte: autores.

Analisando o histórico individual dos alunos evadidos, pode-se observar que o primeiro ano do curso foi aquele que ocorreu a maior desistência, correspondendo a 85,1%, 189 dos 222 discentes evadidos. Corroborando com estudos da Faculdade de Odontologia de Araçatuba com 50% desse fenômeno concentrado no primeiro ano e 42,86% no segundo (Saliba et al., 2006), e com a afirmação de Silva Filho et al. (2007) ao mencionar que a maioria dos estudos indicam que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é duas a três vezes maior do que nos seguintes.

Figura 4 –
Análise do ano de desistência.



Fonte: autores.

Buscando analisar um perfil entre os alunos evadidos que possa explicar o motivo dessa evasão, foi realizado teste qui-quadrado entre alunos evadidos e não evadidos, com as variáveis sexo, ano de ingresso, participação em programas de ações afirmativas, forma de ingresso e endereço. É válido ressaltar que nessa análise estatística os alunos retidos foram contabilizados como não evadidos.

Tabela 1 –

Análise estatística descritiva e comparativa da amostra total, com base na evasão.

Variáveis		Com evasão		Sem evasão		p-valor
		N	%	N	%	
Sexo	Masculino	101	45,5	84	32,7	0,004*
	Feminino	121	54,4	173	67,3	
Ano de ingresso	2012	30	13,5	55	21,4	0,065
	2013	46	20,7	55	21,4	
	2014	54	24,3	40	15,6	
	2015	48	21,6	56	21,8	
	2016	44	19,8	51	19,8	
Cotas	Sim	78	35,1	89	34,6	0,901
	Não	144	64,9	168	65,4	
Forma de ingresso	PSTV	5	2,3	31	12,1	0,001*
	Reopção	2	0,9	24	9,3	
	Enem	182	82,0	119	46,3	
	Vestibular	33	14,9	80	31,1	
	Outros	0	0,0	3	1,2	
Endereço	PB	147	66,2	189	73,5	0,001*
	Outros Estados	55	24,8	67	26,1	
	Não informado	20	9,0	1	0,4	

Legendas: *dados significantes ($p < 0,05$);

Fonte: autores.

Observou-se estatística significativa para o sexo, forma de ingresso e endereço. Considerando que haviam no curso 185 estudantes do sexo masculino e desses 101 evadiram, ou seja 54,5 % do total dos homens evadiram, e haviam 284 estudantes do sexo feminino e desses 121 evadiram, ou seja 41,5% do total das mulheres. O sexo feminino e a forma de ingresso por reopção e PSTV, foram os estudantes que menos evadiram. O endereço teve a maioria da evasão entre os paraibanos, sendo estes a maioria no estudo. O que indica que morar no próprio estado não assegura a permanência no curso.

Estudos como o de Cardoso e Nagai (2017) indicam que mulheres tendem a apresentar maior resiliência e engajamento acadêmico em cursos da área de saúde, possivelmente devido a uma maior identificação com a profissão e redes de suporte mais sólidas. Por outro lado, homens podem enfrentar expectativas sociais diferentes e possivelmente menos suporte emocional para lidar com os desafios acadêmicos, contribuindo para uma maior propensão à evasão em determinados contextos.

Os resultados desse estudo corroboram com o Censo da educação superior, onde as mulheres representam a maioria dos concluintes, em todas as categorias administrativas, na Federal em específico sendo 55,9% (Brasil, 2024). Entretanto, é diferente do estudo

realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde um acompanhamento de três anos dos ingressantes no primeiro semestre de 2014 indicou que mulheres evadem tanto quanto homens (Klitzke; Carvalhaes, 2023).

A participação nas cotas não apresentou significância estatística, demonstrando que as condições de custo não influenciaram na tomada de decisão. Reforçando essa ideia, Silva Filho et al. (2007), ao estudar os motivos da evasão no ensino superior, destacou que as instituições apontam a falta de recursos financeiros para prosseguir nos estudos como um dos fatores primordiais, mas existem questões de ordem acadêmica, as expectativas em relação à sua formação e a integração com a instituição, que desestimulam o estudante a priorizar investir seu tempo e dinheiro na conclusão do curso.

É sabido que a Odontologia exige gastos específicos, mas os resultados desse estudo não evidenciam uma maior desistência entre os que ingressaram em algum tipo de cota. Evidencia-se a importância da Pró-reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante, cuja principal função é planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo sua permanência nos cursos de graduação presencial da UFPB e o apoio aos estudantes de baixa renda nos diversos auxílios: o restaurante universitário, residência universitária e auxílio moradia; além das oportunidades de bolsas de pesquisa, extensão e monitoria, que podem ter influenciado nesse cenário. Merece também destaque, o projeto de extensão “Cuidando do Estudante de Odontologia”, que entre suas linhas de atuação, com ajuda de profissionais e empresas privadas, possui instrumentais para empréstimo aos estudantes, dando prioridade para os alunos ingressantes por cotas.

Considerando as variáveis com significância estatística na amostra total, e com objetivo de compreender o comportamento ao longo dos cinco anos, as mesmas foram analisadas ano a ano, como observado na tabela 2.

Tabela 2 –

Análise estatística descritiva e comparativa da amostra ano a ano.

Variáveis		Com evasão		Sem evasão		p-valor
		N	%	N	%	
2012						
Sexo	Masculino	17	56,7	21	38,2	0,079
	Feminino	13	43,3	34	61,8	
Forma de ingresso	PSTV	0	0,0	0	0,0	0,001*
	Reopção	0	0,0	0	0,0	
	Enem	15	50,0	3	5,5	
	Vestibular	15	50,0	50	76,9	
	Outros	0	0,0	2	3,6	
Endereço	PB	26	86,7	42	76,4	0,462
	Outros Estados	4	13,3	12	21,8	
	Não informado	0	0,0	1	1,8	
2013						
Sexo	Masculino	24	52,2	12	21,8	0,002*
	Feminino	22	47,8	43	78,2	
Forma de ingresso	PSTV	3	6,5	15	27,3	0,001*
	Reopção	0	0,0	0	0,0	
	Enem	25	54,3	9	16,4	

Endereço	Vestibular	18	39,1	30	54,5	0,095	
	Outros	0	0,0	1	1,8		
	PB	30	65,2	44	80,0		
	Outros Estados	16	34,8	11	20,0		
	Não informado	0	0,0	0	0,0		
2014							
Sexo	Masculino	22	40,7	12	30,0	0,284	
	Feminino	32	59,3	28	70,0		
Forma de ingresso	PSTV	0	0,0	0	0,0	0,001*	
	Reopção	0	0,0	10	25,0		
	Enem	54	100,0	30	75,0		
	Vestibular	0	0,0	0	0,0		
	Outros	0	0,0	0	0,0		
Endereço	PB	35	64,8	28	70,0	0,634	
	Outros Estados	18	33,3	12	30,0		
	Não informado	1	1,9	0	0,0		
2015							
Sexo	Masculino	18	37,5	26	46,4	0,358	
	Feminino	30	62,5	30	53,6		
Forma de ingresso	PSTV	1	2,1	12	21,4	0,001*	
	Reopção	1	2,1	7	12,5		
	Enem	46	95,8	37	66,1		
	Vestibular	0	0,0	0	0,0		
	Outros	0	0,0	0	0,0		
Endereço	PB	37	77,1	38	67,9	0,296	
	Outros Estados	11	22,9	18	32,1		
	Não informado	0	0,0	0	0,0		
2016							
Sexo	Masculino	20	45,5	13	25,5	0,053	
	Feminino	24	54,5	38	74,5		
Forma de ingresso	PSTV	1	2,3	4	7,8	0,053	
	Reopção	1	2,3	7	13,7		
	Enem	42	95,5	40	78,4		
	Vestibular	0	0,0	0	0,0		
	Outros	0	0,0	0	0,0		
Endereço	PB	19	43,2	37	72,5	0,001*	
	Outros Estados	6	13,6	14	27,5		
	Não informado	19	43,2	0	0,0		

Legendas: *Dados significantes ($p < 0,05$);

Fonte: autores.

O sexo apresentou significância estatística, apenas, no ano de 2013, semelhante a amostra total, com o menor percentual de desistência entre as mulheres. A forma de ingresso foi estatisticamente significativa nos anos 2012 a 2015, apenas no ano 2016 que o P valor foi de 0,053.

Destaca-se a baixa evasão entre os discente que ingressaram pelo PSTV, em que os alunos que fazem Odontologia em outras instituições se submetem ao processo seletivo para estudarem na UFPB, e reopção de curso, o qual estudantes da UFPB de outros cursos concorrem a vagas para Odontologia.

No vestibular, o estudante se candidata a um curso e, em seguida, realiza um exame buscando alcançar a nota necessária para aprovação no mesmo. Já no Sisu, o aluno já entra com uma nota do Enem e se candidata a dois cursos, sabendo, através de simulações, suas possibilidades de ser aprovado. Essa diminuição do nível de incerteza estimula uma escolha estratégica, ajustando as preferências originais ao que é objetivamente possível, conquistando a aprovação, mesmo que não seja no curso ou instituição mais desejados (Nogueira et al., 2017).

Segundo pesquisa realizada na UFC, o fato da Odontologia não ser a primeira opção dos discentes aumenta em 7,96 vezes as chances de serem suscetíveis a desistir, independente do semestre, de estar aguardando outro vestibular ou de dificuldades no curso (Carmo Filho et al., 2023). O estudo da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Sul de Mato Grosso corrobora com essa ideia ao mostrar aumento significativo na taxa de evasão a partir da utilização do Sisu como sistema de admissão (Okino et al., 2021), o que foi observado nesse estudo.

Cavalcanti et al. (2010) analisando os motivos da evasão, observou que 42% dos discentes haviam se submetido anteriormente ao vestibular para outro curso, sendo a maioria (78,9%) para Medicina, entre os que já haviam realizado um vestibular, 63,2% ainda pretendia submeter-se novamente ao processo seletivo, indicando insatisfação com a escolha da Odontologia como profissão. Estudo realizado com docentes de quatro cursos da UFCG, sendo a Odontologia um deles, buscou compreender suas percepções sobre o processo de evasão na instituição, apontando a não identificação com o curso como o fator de maior influência (Araújo; Silva; Pederneiras, 2022).

Uma das hipóteses do presente estudo era que os estudantes provenientes de outros Estados, possibilidade ampliada pelo Enem, seriam os que mais evadem. Na análise individual dos anos, o endereço apresentou significância estatística apenas no ano de 2016, pois a maioria dos alunos residiam na Paraíba. Observando, separadamente, os residentes em outros Estados, eles foram a minoria que evadiram nos anos de 2012, 2015 e 2016.

Esta pesquisa apresenta um acompanhamento importante da evasão ao longo de cinco anos, permitindo ter uma visão mais ampla do problema e identificando que essas taxas vêm mantendo-se elevadas, o que indica urgência na necessidade de intervenção. A quantidade de estudos mensurando a evasão na Odontologia ainda é reduzida. Apesar de sinalizar possíveis fatores que influenciam nesse fenômeno, o estudo apresenta como limitação o fato de ser apenas quantitativo. Assim indica-se a realização de futuros estudos qualitativos e em turmas mais recentes, elucidando as possíveis causas da evasão.

Considerações finais

O Curso de Odontologia da UFPB apresentou uma elevada taxa de evasão nos anos de 2012 a 2016, com destaque para a maior desistência no primeiro ano do curso. Embora a maioria dos estudantes seja do sexo feminino, a evasão foi proporcionalmente maior entre

os homens. Os alunos ingressantes pelo Enem apresentaram as maiores taxas de desistência, enquanto aqueles admitidos por PSTV e reopção de curso foram os que menos evadiram. A participação nas cotas não teve influência significativa na evasão.

Recomenda-se a implantação de estratégias institucionais que visem à redução da evasão, especialmente nos anos iniciais do curso. Essas estratégias podem incluir programas de acolhimento e suporte aos alunos ingressantes, bem como a reavaliação dos processos seletivos adotados.

Referências

ARAUJO, Ana Carolina da Costa; SILVA, Thales Fabricio da Costa; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Percepção de docentes acerca da evasão universitária. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 11, n 20, 2022, p. 1-20.

BESERRA, Letícia Regina Marques; TARGINO, Andréa Gadelha Ribeiro. Análise de evasão no curso de Odontologia da UFPB. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO, 55, 2020. Florianópolis: Abeno, 2020.

BRASIL. *Censo da educação básica 2022*: notas estatísticas. Brasília: Inep, 2024.

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*: institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em 16 mai. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010*: dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 16 mai. 2024.

BRASIL. e-Mec: Sistema de regulação do ensino superior. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 28 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 16 mai. 2024.

BRASIL. *Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023*: altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em 16 mai. 2024.

CARDOSO, André Luís Janzkovski; NAGAI, Nathália Prochnow. Diversidade de gênero e a evasão universitária em cursos de graduação em administração, ciências contábeis, ciências econômicas e sistemas de informação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/campus Rondonópolis). *Revista de Sistemas e Computação*, Salvador, v. 7, n. 1, 2017, p 44-58.

CARMO FILHO, José Ronildo Lins et al. Evasão acadêmica no curso de Odontologia de uma instituição pública e ações voltadas para mitigar o abandono discente. *Revista da Abeno*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2023, p. 1824-1824.

CAVALCANTI, Alessandro Leite et al. Motives of the entrance and drop out of undergraduate dental students from a public institution. *Rev Odontol Unesp*, Araraquara, v. 39, n.2, 2010, p. 95-99.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, 2021, p. e228764.

GARCIA, Léo Manoel Lopes da Silva; LARA, Daiany Francisca; ANTUNES, Franciano. Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 26, n. 1, 2021, p. 112-136.

KLITZKE, Melina; CARVALHAES, Flavio. Fatores associados à evasão de curso na UFRJ: uma análise de sobrevivência. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, 2023.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza; SANTOS, Bettina Steren dos; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de Odontologia. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, 2017, e154730.

LIMA, Fernanda Marques et al. Evasão no curso de Odontologia da UFPB. In: UCHOA, Roseane da Cunha; COSTA, Giselle Medeiros da (org.). *Odontologia: os desafios da pesquisa na atualidade*. João Pessoa: Impressos Adilson, 2021, p. 175-190.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins et al. Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, n. 0, 2017, p. 61-90.

OKINO, Freddy et al. Dental students' dropout rates and professional practice adherence among graduates from a public institution. *Revista da Abeno*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2021, p. 1111.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; FIALHO, Maríllia Gabriella Duarte. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, 2018, p. 869-889.

SALIBA, Nemre Adas et al. Organização curricular, evasão e repetência no curso de Odontologia: um estudo longitudinal. *Revista Odontológica*, Goiânia, v. 35, n. 3, 2006, p. 209-214.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, p. 641-659.